

CORREIO ECONÔMICO

POR MARCELLO SIGWALT



Investimento da concessionária abrange várias ações

Light vai investir R\$ 1,2 bilhão na modernização da rede

Mais de R\$ 1,2 bilhão. É essa 'bolada' de dinheiro que a Light pretende investir na modernização da rede elétrica que cobre os 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, somente neste ano, o que inclui a aquisição de novos equipamentos, sistemas e estruturas, além de aportes em ações de combate a perdas e obras para elevação da capacidade da carga distribuída.

Comunicado

Em comunicado – na mesma semana em que a Aneel adiou a decisão de seu reajuste tarifário – a Light, que possui uma rede de 100 mil quilômetros de extensão, explicou que “os investimentos vão implicar crescimento no atendimento aos atuais clientes e mais potência para receber os novos”.

Diferimento

A Light chegou a pedir à Aneel o diferimento das tarifas, que é a aplicação gradativa e posterior do percentual, alegando risco de volatilidade na tarifa, já que projeções para 2026 apontam para uma alta de quase 10%. Mas a questão ainda está sem solução à vista.



Para CNI, bom resultado industrial não se manterá

Faturamento real da indústria aumenta 3,3% em janeiro

Em rota ascendente, o faturamento real da indústria de transformação cresceu 3,3% em janeiro, ante o mês anterior, e 12,8%, em comparação com igual mês de 2024, apontam os Indicadores Industriais, divulgados na última sexta-feira (14), pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Na avaliação do gerente

de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, o resultado é positivo, mas ele adianta que será difícil manter esse ritmo por conta da provável desaceleração da economia. No detalhamento do estudo, enquanto as horas trabalhadas na produção e emprego subiram, a massa salarial e rendimento médio caíram.

Consumo cai

“Ainda há uma demanda importante por bens industriais, o que impactou a alta do faturamento, mas a expectativa é que o consumo diminua por conta da elevação da taxa de juros, prejudicando a indústria e se refletindo no faturamento das empresas”, avalia Azevedo.

Emprego

Já o emprego industrial avançou 0,1% em janeiro frente a dezembro, mas saltou 2,4%, no comparativo anual. Para o gerente da CNI, tal indicador deve crescer, mas a um ritmo mais lento este ano: “À medida que a atividade desacelerar, o emprego vai acompanhar”.

Revisão

A projeção de carga de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) foi revisada para 86.994 megawatts médios (MwM) em março, alta mensal de 0,6% e anual de 4,2%, de acordo com o Programa Mensal da Operação (PMO), divulgado, nesse domingo (16) pelo ONS.

Carga

No Sudeste/Centro-Oeste, principal centro de carga do SIN, a estimativa é de carga atinja cerca de 49.490 MwM, alta de 0,3% frente a projeção anterior, e de 3,6% na base anual de comparação. Para o Sul, a perspectiva é alcançar 15.831 MwM, alta mensal de 0,2% e anual de 7,8%.

Para a inflação de alimentos, demanda supera produção

Conclusão é do estudo do Ibre/FGV sobre os fatores da carestia no país

Rafa Neddermeyer - Agência Brasil

Por Marcello Sigwalt

Além de condições climáticas desfavoráveis, alterações no uso da terra – que direcionam a produção para cultura de exportação mais rentáveis no exterior – um dos fatores determinantes estaria relacionado à uma regra elementar da economia de oferta e demanda, uma vez que a produção no campo não está conseguindo acompanhar a demanda da população.

Entre os motivos para a maior velocidade da ‘inflação dos alimentos’, em relação ao índice inflacionário geral, a Carta do Ibre, artigo assinado pelo economista Luiz Guilherme Schymura, com a colaboração de pesquisadores do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) da FGV (Fundação Getúlio Vargas) atesta que a inflação do grupo alimentos e bebidas subiu 7,25% no acumulado de 12 meses, acima do índice geral, que apresentou alta de 4,56%.

Sobre tal ‘descolamento’ de índices, o documento da FGV acentua que “entre 2012 e 2024, o item alimentação no



Estudo do Ibre-FGV mostra que consumo aquecido está na raiz da inflação de alimentos

domicílio teve alta de 162%, enquanto o IPCA geral elevou-se 109%”. Segundo Schymura, aponta as mudanças climáticas como o maior responsável pelo ‘descasamento’ entre a inflação dos alimentos e o índice geral as mudanças climáticas, com aumento de eventos extremos e maior imprevisibilidade meteorológica, que “provocam

perturbações crescentes na oferta de commodities [mercadorias negociadas com preços internacionais] e produtos alimentícios, num processo que afeta diversas partes do globo e, de forma bastante nítida e relevante, o Brasil”.

Para a publicação, “a alta dos alimentos no Brasil e no mundo é um processo que já

tem quase duas décadas, com muitos e complexos fatores explicativos”.

O documento avalia que a “expressiva desvalorização cambial”, igualmente, possui ‘parcela de culpa’ no encarecimento dos alimentos. Com o real desvalorizado, exportar significa obter receita em dólar, mais lucrativo para o produtor.

Setor público tem superávit de R\$ 104 bi

O setor público consolidado (governo central, Estados, municípios e estatais, à exceção de Petrobras e Eletrobras) teve superávit primário de R\$ 104,096 bilhões em janeiro, informou o Banco Central. O resultado – que reflete a diferença entre as receitas e despesas do setor público, antes do pagamento dos juros da dívida pública – foi o maior da série histórica do BC, iniciada em 2002.

Desde 2002, o setor público tem registrado superávit primário em todos os meses de janeiro, que tem forte sazonalidade positiva para as contas públicas por ser o primeiro do trimestre e concentrar a entrada de alguns impostos nos cofres do governo.

Segundo os dados do BC, o governo central (Tesouro Nacional, BC e INSS) teve superávit de R\$ 83,150 bilhões em janeiro. Estados e municípios

tiveram superávit de R\$ 21,952 bilhões, e as empresas estatais, déficit de R\$ 1,006 bilhão.

O resultado do governo central em janeiro, que teve superávit de R\$ 83,150 bilhões, também foi recorde. Estados e municípios registraram superávit de R\$ 20,2 bilhões em janeiro, ligeiramente inferior ao resultado obtido no mesmo mês de 2024.

O chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fer-

nando Rocha, destacou que contribuiu para esse resultado o crescimento das receitas. Ele detalhou que as transferências da União cresceram 2,8% no mês, enquanto a arrecadação própria, com o ICMS, aumentou por volta de 4%. Esperado

O economista da Buyside-brazil Italo Faviano afirma que o superávit do setor público consolidado em janeiro já era esperado, tendo em vista o fator sazonalidade.

‘Salto’ do mercado de carbono demorará

O mercado de carbono já tem lei, entusiastas e interesse da indústria de investimentos brasileira para crescer como ativo financeiro. Mas seu pleno potencial ainda deve demorar um pouco para ser atingido. Isso porque apesar da Lei nº 15.042/2024, que instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), há muitas definições a serem feitas. Além disso, são necessárias regulamentações nos setores de fundos e seguros para o capital ser efetivamente movimentado.

“O mercado regulado vai ser implantado ao longo dos próximos quatro a seis anos, e uma gama de regulamentações ainda precisam sair para que se torne operacional”, afirma Antônio Augusto Reis, sócio de Direito Ambiental do escritório Mattos Filho. Mas ele acredita haver um “potencial bastante grande para o mercado



Mercado de carbono atrai investidor, mas faltam definições

financeiro participar de forma mais ativa” no tema.

O principal fator já foi resolvido. De acordo com a lei do mercado de carbono, os créditos são considerados valores mobiliários quando negociados no mercado financeiro e de capitais. “Existia um

apetite grande pelo mercado de carbono, mas vivíamos em discussões sobre como ‘encarregar’ o ativo financeiro. Na medida em que a lei reconhece como valor mobiliário, é de se esperar uma movimentação maior do ponto de vista de investimentos”, afirma Reis.

Guilherme Mota, sócio de Direito Ambiental do escritório Lefosse, acrescenta que a lei reconhece a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como autoridade para regular e fiscalizar a comercialização dos créditos de carbono.

“Porém, ainda dependemos de um efetivo arcabouço para a implementação dessa estrutura”, diz Mota. Além disso, para Reis, do Mattos Filho, a CVM tem a missão de buscar um equilíbrio entre um modelo de mercado amplamente regulado e um mais simples, no estilo balcão.

“É importante amadurecer as discussões para que faça sentido do ponto de vista prático.”

E essas discussões estão a mil, segundo Cacá Takahashi, diretor da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e coordenador da Rede Anbima de Sustentabilidade.

Produção de veículos aumenta 14,6%

As montadoras produziram 217,4 mil veículos em fevereiro, o que corresponde a um crescimento anual de 14,6%. Ante o mês anterior, a alta foi de 23,8%, conforme balanço divulgado na sexta-feira (14), pela Anfavea, a entidade que representa as fábricas de automóveis.

No acumulado do primeiro bimestre, a produção subiu 14,8%, para 392,9 mil veículos entre janeiro e fevereiro. O le-

vantamento, que engloba carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus, mostra o maior volume para o mês desde 2019 ou seja, antes da pandemia, quando as montadoras fabricaram 257 9 mil veículos em fevereiro.

O forte crescimento no comparativo com 2024 tem, em parte, explicação no calendário, já que o Carnaval, quando as fábricas param a produção, aconteceu em feve-

reiro no ano passado. No acumulado do primeiro bimestre, a produção subiu 14,8%, para 392,9 mil veículos entre janeiro e fevereiro.

A expectativa da Anfavea é de crescimento de 7,8% no total de veículos produzidos em 2025, o que, se confirmado, significará 2 75 milhões de unidades montadas no País.

As vendas, de 185 mil veículos no mês passado, subiram 11,9% na comparação com fe-

vereiro de 2024 e 8% frente a janeiro.

O volume vendido nos dois primeiros meses do ano foi de 356,2 mil veículos, 9% acima do total licenciado no primeiro bimestre de 2024.

Já as exportações tiveram crescimento de 56,4% no comparativo interanual de fevereiro. Na margem – ou seja, de janeiro para fevereiro – os embarques das montadoras mostraram aumento de 67 4%.